

1. Programa de Reestruturação do Transporte Público Urbano e de Caráter Urbano

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Governo Federal indutor da Política Nacional de Mobilidade Urbana

Gestão da demanda e da oferta
Escalonamento das atividades urbanas

Novos protocolos sanitários

Capacitação de pessoal (poder público e empresas)

Comunicação e Transparência com a sociedade

Padrões de eficiência e qualidade

Pesquisas de satisfação com os clientes



FINANCIAMENTO

Custeio

Tarifa pública e de remuneração diferenciadas

Reforma tributária

Cobertura das gratuidades (orçamentos públicos)

Outras fontes extra tarifárias



Investimentos

Linhas financiamento oficiais (Veículos e Tecnologia)

Infraestrutura
Priorização no sistema viário

Programas governamentais
FNIT
Investimentos privados PPP's



REGULAÇÃO E CONTRATOS

Novo Marco Regulatório

Política Nacional de Mobilidade Urbana

Leis Estaduais e Municipais
Atualização dos contratos em vigor

Novo Modelo de Remuneração

Transparência e controle



MAIOR
QUALIDADE

RACIONALIZAÇÃO E
INOVAÇÃO REDES DE TRANSPORTE

INCLUSÃO
SOCIAL

MAIOR
PRODUTIVIDADE

SUSTENTABILIDADE
ECONÔMICA

SEGURANÇA
JURÍDICA

2. Novo Marco Legal do Transporte Público Urbano e de Caráter Urbano

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Lei 12.587/2012
Política Nacional de Mobilidade Urbana

Lei 10.257/2001
Estatuto das Cidades

FINANCIAMENTO

Custeio

Reforma tributária

Lei 10.741/2003
Estatuto do Idoso

Lei 10.880/2004
PNATE

Investimentos

Lei 10.636/2002
CIDE/FNIT

Lei 12.587/2012
PNMU

REGULAÇÃO E CONTRATOS

Novo Marco Regulatório

Lei nº 12.587/2012
Política Nacional de Mobilidade Urbana

Lei nº 8.987/1995 (Concessões)

Lei nº 11.079/2004 (PPP's)

Leis Estaduais

Leis municipais